

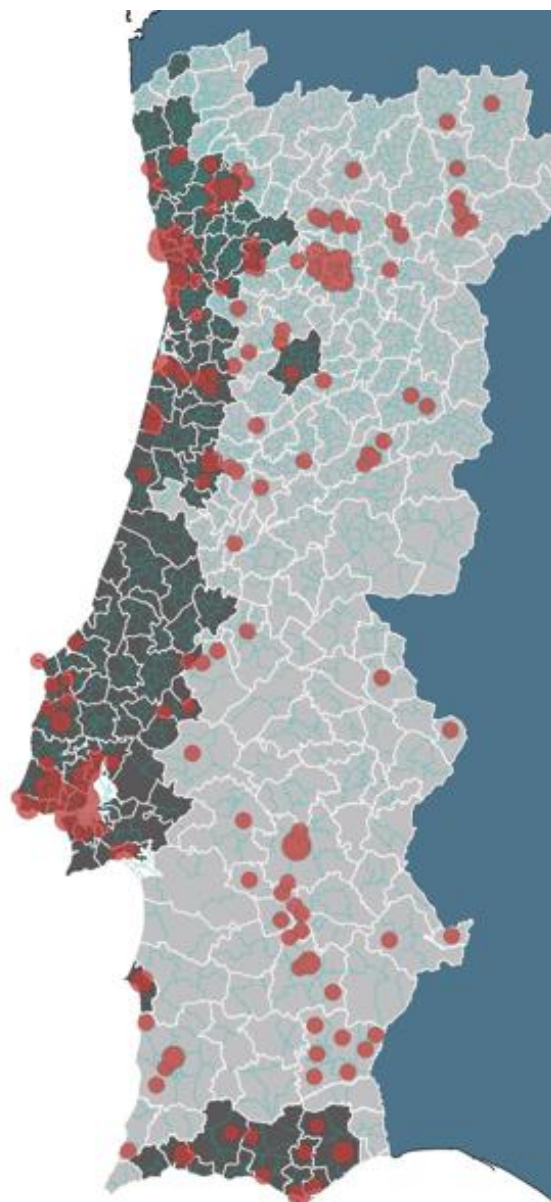


Programa Bairros Saudáveis

Relatório Síntese da 1ª edição

Helena Roseta

Julho de 2025



Este relatório, da exclusiva responsabilidade de Helena Roseta, Coordenadora Nacional do Programa Bairros Saudáveis entre julho de 2020 e dezembro de 2023, é um registo muito sintético do desenvolvimento deste programa público e dos seus resultados. O mapa em cima mostra a localização dos 240 projetos realizados no território continental português.

Toda a informação institucional e noticiosa sobre o Programa Bairros Saudáveis está disponível no website [Programa Bairros Saudáveis](#), complementada com informação mais detalhada sobre a dinâmica de cada projeto no website [Jornal dos Bairros Saudáveis](#).

Índice

	Página
1. O que foi o Programa e como foi financiado	1
2. Candidaturas, projetos realizados e modelo de financiamento	1
3. Modelo de coordenação	2
4. Transição digital e dinâmica do Programa	3
5. Resultados da execução física dos projetos	4
6. Avaliação segundo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	5
7. Internacionalização, prémios e boas práticas	6
8. Balanço dos projetos e do Programa	7
9. Execução financeira	9
9.1 Execução financeira dos projetos	10
9.2 Execução financeira do Programa	11
9.3 Alavancagem de recursos pelos projetos	12
10. Nota final	12

Relatório Síntese da 1ª edição

1. O que foi o Programa e como foi financiado

O **Programa Bairros Saudáveis**, criado pelo XXII Governo Constitucional através da [Resolução de Conselho de Ministros nº 52-A/2020](#), de 1 de julho, em plena 1ª vaga da pandemia da COVID 19, dirigiu-se a projetos locais de melhoria das condições de saúde e qualidade de vida em comunidades e territórios especialmente vulneráveis. Com uma dotação total de 10 milhões de euros, a atribuir através de concurso público, previa candidaturas de parcerias locais promovidas por associações, organizações de moradores, coletividades, organizações não governamentais, IPSS, cooperativas, fundações ou outras entidades da economia social, que podiam ter como parceiras entidades públicas (nomeadamente autarquias locais, entidades do Serviço Nacional de Saúde, agrupamentos de escolas), grupos informais de cidadãos e voluntários individuais. Cada projeto podia receber no máximo 50.000 euros e podia intervir nas áreas da saúde, economia, apoio social, ambiente ou em pequenas obras em habitações, equipamentos e espaços públicos. Cada projeto tinha o máximo de um ano para ser concretizado.

A dotação de 10 milhões de euros do Programa foi assegurada por três fontes de financiamento: o Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), com 7 milhões de euros, o Fundo Ambiental, com 2,065 milhões de euros e o Ministério da Saúde, com 935 mil euros. Os pagamentos aos projetos suportados por esta dotação, inscrita no orçamento da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde (SGMS) e autorizados pela [Resolução do Conselho de Ministros nº 90/2020](#) de 27 de outubro de 2020, só foram possíveis a partir da [contratualização](#), ao longo de 2021, do apoio financeiro do PRR e do Fundo Ambiental, com a SGMS como beneficiária intermediária. A contratualização entre a SGMS e as entidades promotoras dos projetos aprovados, beneficiárias finais do Programa, decorreu em outubro de 2021. A partir de 2022, pela [Resolução do Conselho de Ministros nº 187/2021](#), de 30 de dezembro, a responsabilidade da SGMS como beneficiária intermediária passou para a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS).

2. Candidaturas, projetos realizados e modelo de financiamento

Das [774 candidaturas submetidas](#) a concurso em dezembro de 2020, [246 foram aprovadas para financiamento](#) em maio de 2021, tendo sido realizados 240 projetos. A realização das atividades previstas nas candidaturas decorreu desde a assinatura dos protocolos de financiamento, em outubro de 2021, até outubro de 2022. A prestação de contas pelos projetos foi feita com dois relatórios de progresso ao longo da execução e dois relatórios finais: um relativo às atividades, aprovado em junho de 2023, e um de fecho de contas, apresentado em dezembro de 2023 e só aprovado em fevereiro de 2025.

O modelo de financiamento previa, de acordo com o [Regulamento do Programa](#), uma cobertura a 100% das despesas elegíveis, que não podiam exceder o limite máximo do financiamento atribuído. Os pagamentos aos projetos foram faseados em 4 tranches para projetos de valor superior a 5.000 euros e em 2 tranches para projetos até 5.000 euros. As tranches de faseamento eram transferidas por antecipação, à exceção da última que exigia a aprovação prévia do relatório final de atividades e só seria paga na totalidade a projetos integralmente realizados. Os projetos incompletamente realizados podiam sofrer uma redução do limite máximo de financiamento, com restituição do eventual excedente recebido em tranches anteriores.

3. Modelo de coordenação

Foi constituída uma [Entidade Responsável](#) com um representante de cada uma das sete áreas governativas envolvidas no Programa (Presidência do Conselho de Ministros; Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; Saúde; Ambiente e Ação Climática; Infraestruturas e Habitação; Coesão Territorial; e Agricultura). A Entidade Responsável tinha competências para tomar todas as decisões necessárias, sob proposta da coordenadora nacional, designada pela já referida [Resolução do Conselho de Ministros 52-A/2020](#), de 1 de julho.

Para apoio da coordenadora nacional foram constituídas: uma [equipa de coordenação nacional](#), integrando a coordenadora e 6 cidadãos com reconhecida competência nas áreas temáticas do Programa; e [cinco equipas de coordenação regional](#), designadas pelas áreas governativas do Programa de entre técnicos superiores e dirigentes regionais das seguintes entidades: Administrações Regionais de Saúde; Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional; Direções Regionais do Instituto do Emprego e Formação Profissional; Direções Distritais do Instituto da Segurança Social; e Direções Regionais da Agricultura.

Para apoio logístico quotidiano foi constituído um [núcleo executivo](#), com a contratação de 2 a 4 prestadores individuais de serviços e de uma empresa de suporte informático e com a afetação de um jurista da área da Presidência do Conselho de Ministros. Em novembro de 2022, para apoiar a avaliação dos relatórios de prestação de contas, foi criado por despacho ministerial conjunto das sete áreas governativas envolvidas no Programa um [grupo de trabalho de avaliação](#), com membros designados de entre dirigentes e técnicos superiores das respetivas áreas.

Este modelo de coordenação e apoio logístico não contou com qualquer dotação orçamental proveniente dos 10 milhões de euros do Programa, que foi integralmente destinada a apoio financeiro direto aos projetos. As prestações de serviços dos membros do núcleo executivo foram individualmente contratualizadas, pelos prazos necessários, pelos diferentes ministérios representados no Programa.

Com a cessação destes contratos no final de 2023, as tarefas relativas ao fecho e acerto de contas da 1ª edição do Programa passaram a ser asseguradas pelo novo coordenador nacional, designado pela [Resolução do Conselho de Ministros 158/2023](#) de 11 de dezembro¹, com apoio

¹ Esta RCM tinha sido aprovada no Conselho de Ministros de 14 de setembro de 2023. À data da sua publicação o XXIII governo constitucional estava em gestão desde 7 de novembro de 2023.

a título voluntário da anterior coordenadora nacional e de três membros do anterior núcleo executivo.

4. Transição digital e dinâmica do Programa

Sem suporte digital e informático, teria sido impossível garantir o funcionamento do modelo de coordenação do Programa e o apoio permanente aos projetos. E sem a dinamização das redes sociais pelo Programa e pelos projetos, estimulada desde o início pelos constrangimentos do confinamento devidos à Covid 19, não teria sido possível chegar aos destinatários e alcançar os resultados ambicionados.

O Programa desenvolveu três plataformas digitais: o site [Programa Bairros Saudáveis](#) e o [Jornal dos Bairros Saudáveis](#), ambos de dados abertos, com toda a informação institucional e noticiosa do Programa e, no caso do Jornal, diretamente remetida pelos projetos; e a [plataforma de candidaturas](#), de acesso sujeito a registo prévio pelas entidades promotoras e parceiras dos projetos, onde ficaram registados todos os dados e resultados das candidaturas, dos movimentos financeiros, dos relatórios de progresso e dos relatórios finais de atividades e de fecho de contas, com digitalização obrigatória de todas as evidências em papel submetidas e aceites.

As três plataformas foram concebidas por uma empresa especializada, responsável pelos respetivos suportes informáticos. Constituíram o principal meio de comunicação entre todos os envolvidos, bem como o único arquivo global de toda a informação processual e contabilística do Programa. Com efeito, para além dos documentos físicos processados e arquivados pelos Beneficiários Intermediários, apenas existe arquivo documental digital do Programa. É por isso necessário assegurar, para memória futura e ao cuidado do atual Beneficiário Intermediário, o depósito de cópia integral da informação contida nas três plataformas digitais do Programa.

Complementarmente, foi usada a plataforma digital *zoom* para realização da esmagadora maioria das reuniões, quer das entidades envolvidas na coordenação do Programa, quer destas com as parcerias locais responsáveis pela realização dos projetos.

O site do Programa publicitou todas as ordens de trabalho e, nas reuniões deliberativas, as propostas e as deliberações tomadas aos diversos níveis de coordenação do Programa. Estão registadas no site 124 reuniões convocadas pela coordenadora nacional, assim distribuídas: [51 reuniões da Entidade Responsável](#); [30 reuniões da equipa de coordenação nacional](#); [22 reuniões da coordenação nacional com as equipas regionais](#); e [21 reuniões](#) com o núcleo executivo e com os grupos de trabalho.

Para [apoio a candidaturas](#) e [apoio aos projetos](#), foram publicitadas no site, acompanhadas das ordens de trabalho e de documentos base, as seguintes [55 sessões](#): 14 sessões de capacitação dirigidas a potenciais candidaturas antes do concurso; 10 sessões de formação em comunicação e gestão de projetos dirigidas aos responsáveis pelos projetos; e 31 sessões de esclarecimento sobre as diferentes etapas de realização de projetos, dirigidas também aos responsáveis pelos projetos. Estas sessões incluíam sistematicamente um amplo período de tempo para responder

às dúvidas dos participantes e constituíam um relevante exercício de aprendizagem coletiva, quer para os projetos, quer para a coordenação nacional. O apoio aos projetos era complementado diariamente através do endereço eletrónico geral do Programa e das caixas de correio próprias do núcleo executivo.

Os projetos também desenvolveram os seus próprios suportes na internet e nas redes sociais. Registaram-se 179 páginas próprias de projetos na internet e 428 nas redes sociais, com destaque para o Facebook e o Instagram. Além disso, o Jornal dos Bairros Saudáveis foi alimentado com notícias e anúncios de eventos remetidos pelos projetos e replicados nas páginas do Programa no Facebook e no Instagram.

Foram realizados em junho e julho de 2022 cinco [Fóruns Regionais dos Bairros Saudáveis](#), abertos ao público, um em cada área regional do Programa, no Porto, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro, com a presença da quase totalidade dos projetos de cada área, para promover a partilha de experiências e um primeiro balanço crítico do trabalho feito. Em junho e julho de 2023, realizaram-se três Sessões '[Bairros Saudáveis prestam contas](#)' para apresentação pública dos resultados alcançados pelos projetos, com a presença e testemunhos dos projetos das áreas regionais do Norte e Centro no Porto, de Lisboa e Vale do Tejo em Lisboa e do Alentejo e Algarve em Évora. Nestas sessões participaram também os responsáveis pela coordenação e implementação do Programa e membros do Governo dos diferentes ministérios nele representados.

5. Resultados da execução física dos projetos

Foi feita uma verificação exaustiva, projeto a projeto, do grau de execução de todas as atividades previstas nas candidaturas aprovadas (mais de 1.900), bem como do cumprimento de todos os objetivos propostos e da concretização efetiva de todos os resultados esperados. De acordo com a [metodologia de avaliação](#) aprovada e divulgada no site, foram calculados indicadores ponderados para medir o grau de execução de atividades, de cumprimento dos objetivos e de realização de resultados. A taxa média de realização física dos projetos realizados, calculada a partir dos indicadores de atividades e objetivos de cada projeto, foi de **96%**.

Após apresentação pública nas sessões de prestação de contas já referidas, foram publicitados no site os seguintes [resultados nacionais da execução física](#) dos Bairros Saudáveis:

- **Entidades envolvidas e destinatários**

Os 240 projetos realizados envolveram um total de 1180 entidades, assim distribuídas: 566 associações e entidades da economia social, 235 autarquias (158 juntas de freguesia e 77 câmaras municipais), 59 entidades do SNS, 86 outras entidades públicas (das quais 57 entidades do ensino básico, secundário e superior) e 234 entidades informais (grupos ou voluntários individuais).

Foram alcançados 145.894 destinatários, dos quais 28.913 crianças até 17 anos, 26.699 jovens entre os 18 e os 24 anos, 69.941 adultos dos 25 aos 64 anos e 20.341 idosos, com 65 e mais anos. Entre estes destinatários incluem-se 20.024 migrantes e 1.133 pessoas com deficiência.

As raparigas e mulheres correspondem a 47% do total de destinatários abrangidos, sendo maioritárias nos adultos e idosos. Entre os destinatários migrantes, 48% dos quais foram raparigas e mulheres e entre as pessoas com deficiência, 37% eram raparigas e mulheres.

- **Empreendedorismo e emprego**

Os projetos conduziram à criação de 56 associações, 8 cooperativas e 27 empresas e à criação de 15.017 produtos para venda ou demonstração.

O Programa financiou o pagamento total ou parcial de 407 postos de trabalho durante a execução dos projetos, dos quais 284 se mantinham em 2023.

- **Promoção da saúde**

A nível da promoção da saúde, um dos grandes objetivos do Programa, foram realizadas 16.344 ações de promoção da saúde nas mais diversas valências, nomeadamente diabetes, saúde alimentar, saúde mental e vida saudável e ainda 3.781 ações de prevenção da covid, com distribuição de kits covid 19 e ações de sensibilização.

- **Ambiente, espaço público e habitação**

A melhoria da qualidade de vida é multidimensional e inclui a dimensão ambiental. Esta foi traduzida pelos projetos na concretização de 682 intervenções de melhoria do espaço público e promoção ambiental (limpeza, instalação ou renovação de equipamentos, criação de hortas e percursos pedonais, entre outras), 216 operações de remoção de lixo e resíduos tóxicos e 2.089 ações de educação ambiental.

Finalmente, na dimensão da habitação, apesar de o orçamento de cada projeto não poder ultrapassar os 50 mil euros, foi melhorada a acessibilidade dentro da habitação a 164 pessoas com mobilidade reduzida (com polibans ou criação de rampas) e assegurado o acesso a redes de água, saneamento ou energia a 121 agregados familiares. Foram também realizadas pequenas intervenções ou mesmo reabilitações profundas em 677 habitações, melhorando as condições de habitabilidade de 2.470 pessoas.

6. Avaliação segundo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Com o apoio financeiro do Fundo Ambiental e com vista a avaliar os contributos dos Bairros Saudáveis para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas, foi estabelecido um protocolo entre o Programa Bairros Saudáveis e a plataforma [ODSlocal](#), um portal *online* dinâmico que permite visualizar e monitorizar os contributos e progressos, em relação aos ODS, de municípios e projetos locais, com um rigoroso controlo de qualidade da informação, um intenso envolvimento de atores e respetiva capacitação.

A avaliação do ODSlocal desenvolveu-se entre junho de 2022 e dezembro de 2022, através de um processo que envolveu a participação voluntária de 188 dos 240 projetos realizados. A plataforma ODSlocal disponibiliza, na [página criada para a rede dos Bairros Saudáveis](#), um mapa interativo que apresenta, para cada projeto, o símbolo do ODS que teve mais pontuação. O mapa permite navegar na ficha de cada projeto, que inclui os ODS mais relevantes, o gráfico da roda dos ODS com o peso de cada um no projeto, a descrição dos impactos, o *link* para o Jornal dos Bairros Saudáveis e as imagens que os projetos colocaram na plataforma.

Segundo esta avaliação, o **ODS 3** – Saúde de Qualidade foi o que recebeu contributos do maior número de projetos, seguindo-se o **ODS 4** – Educação de Qualidade, o **ODS 1** – Erradicar a Pobreza, o **ODS 16** – Paz, Justiça e Instituições Eficazes e, em quinto lugar, o **ODS 5** – Igualdade de Género.

Os projetos eram convidados a registar os seus impactos concretos nos territórios abrangidos. Foram registados 497 impactos concretos, sendo o ODS 10 – Redução das Desigualdades o que acumulou maior número de impactos. O ODS 10 e o ODS 3, juntos, somaram mais de metade de todos os impactos. Fazendo uma equivalência entre os impactos registados e as metas da Agenda 2030 para os ODS, a equipa do ODSlocal constatou que surgiram muito destacadas as metas 10.2 - Promover a inclusão social, económica e política universal (135 impactos, 28,7% do total) e 3.4 - Reduzir a mortalidade por doenças não transmissíveis e promover a saúde mental (118, 23,7%). Estas duas metas representaram mais de metade dos impactos declarados pelos projetos mapeados.

A avaliação da equipa do ODSlocal concluiu que os projetos do Programa Bairros Saudáveis estavam alinhados com os objetivos do Programa e que os resultados obtidos também o conseguiram, tendo chegado à generalidade do território. Embora nalgumas NUTS III não tivesse havido projetos (Beira Baixa, Alto Tâmega e Alto Minho) ou a sua densidade tivesse sido muito baixa (caso da Região de Leiria), algumas NUTS III do interior, como o vale do Douro, a Beira Alta, o Alentejo Central e o Baixo Alentejo, tiveram um número relativamente elevado de impactos e uma percentagem elevada de população alcançada. A análise territorial da equipa do ODSlocal permitiu concluir que os projetos apoiados pelo Programa, além de terem uma distribuição territorial e um alcance que abrangeram a generalidade do país (não se limitando às zonas mais dinâmicas e mais urbanizadas), tiveram impactos em quase todo o território continental.

7. Internacionalização, prémios e boas práticas

Já depois de concluídas as atividades dos projetos, tivemos conhecimento de três projetos internacionalizados, 2 com nomeação para prémios internacionais de arquitetura, com destaque para o [prémio Mies Van Der Rohe](#), o mais importante prémio europeu de arquitetura, e 1 premiado no circuito internacional de festivais de cinema, na modalidade de curtas-metragens.

Entretanto, vários projetos foram premiados por diversas instâncias nacionais, destacando-se: 2 projetos premiados pelo ODSlocal em 2022, 1 projeto com o prémio Caixa Social 2022, 1 projeto distinguido pelo Programa Vinci para a Cidadania, 1 projeto com o 1º prémio Boas Práticas em

Psicologia atribuído pela Ordem dos Psicólogos Portugueses (2022) e ainda um projeto distinguido em 2023 como ‘Bairro Feliz’.

Em termos de boas práticas, o trabalho em rede, a prestação regular de contas, a proximidade entre as equipas de coordenação e os projetos, a relação com as autarquias locais, a cooperação interministerial e interdepartamental, a transparência sistemática de toda a informação, a conceção de formulários em linguagem acessível e as frequentes sessões de esclarecimento on-line foram consideradas fundamentais para o sucesso do Programa.

Os projetos tiveram de gerir orçamentos e comprovar despesas segundo as regras legais aplicáveis a entidades privadas financiadas publicamente, o que para muitas entidades promotoras acontecia pela primeira vez exigindo muita aprendizagem. Registe-se, a título de exemplo, o facto de muitas entidades promotoras terem aprendido a fazer contratação pública, com publicitação no portal Base dos ajustes diretos e consultas prévias.

8. Balanço dos projetos e do Programa

No relatório de fecho de contas, todos os projetos apresentaram um balanço global sucinto do seu projeto e do Programa. A síntese dos 480 textos de balanço dos projetos e do Programa foi efetuada com recurso a Inteligência Artificial.

Não obstante a sua diversidade, foi possível concluir a partir dos balanços dos próprios projetos que houve satisfação generalizada com os resultados alcançados, com uma perceção geral de cumprimento das metas, mesmo que nem sempre tenha sido possível executar todas as atividades previstas.

O impacto efetivo na vida das populações destinatárias e o fortalecimento das parcerias e das redes comunitárias – entre associações, IPSS, autarquias, instituições públicas como escolas ou centros de saúde, e mesmo voluntários – foram os fatores positivos mais vezes destacados pelos projetos, correspondendo à expectativa inicial do Programa de dar algum poder, no sentido de “poder fazer”, a comunidades residentes e pessoas ou organizações intervenientes em territórios vulneráveis.

Algumas dificuldades foram também assinaladas de forma transversal, como os constrangimentos devidos à pandemia da COVID 19, com impacto na participação das populações nalgumas atividades ou até impossibilidade de as realizar, ou os problemas financeiros resultantes da demora no recebimento das tranches de pagamento, fruto de um processo de validação de contas moroso e da difícil articulação do Programa com a ACSS, responsável pelos pagamentos desde o início de 2022.

Os ganhos concretos para as comunidades abrangeram diversas dimensões, destacando-se:

- Na promoção da saúde: a atenuação dos impactos da pandemia de COVID-19 através de intervenções expeditas e direcionadas a grupos específicos; a promoção de hábitos de vida saudável com foco na alimentação, prevenção de doenças crónicas e atividade

física; e a melhoria do bem-estar e saúde mental de pessoas isoladas, em particular da população idosa;

- Na coesão social: a promoção da cidadania ativa através da participação das comunidades nos projetos em todas as suas fases, da definição à execução das atividades; a capacitação de grupos vulneráveis e a integração de populações marginalizadas em programas comunitários abrangentes; e a promoção da igualdade de género, o combate à violência de género e o apoio às mulheres.
- Nas infraestruturas, habitação e equipamentos: a melhoria das condições habitacionais de muitas famílias; a criação, requalificação e melhoria de equipamentos e outros espaços comunitários para usufruto da população.
- Na sustentabilidade social, económica e ambiental: o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, a capacitação para o mercado de trabalho e a valorização do capital humano local; a dinamização de soluções comunitárias com base na economia circular, na economia solidária e na partilha de recursos; a sensibilização ambiental e o incentivo a práticas mais sustentáveis como a reciclagem e a agricultura local; e o estímulo à conservação e à valorização do património imaterial e material como esteio identitário das comunidades.

O balanço do Programa por cada um dos 240 projetos espelha uma sintonia nos aspetos relevantes, positivos ou negativos, e permite perceber como as características de cada organização, nomeadamente a experiência em programas de apoio público e a escala de intervenção, condicionam a sua análise.

De modo geral o Programa foi considerado um sucesso pelas entidades promotoras dos projetos, quer pela melhoria efetiva do bem-estar e da qualidade de vida das populações abrangidas, quer pela abrangência territorial, quer ainda pela diversidade das organizações envolvidas, permitindo o acesso ao financiamento público por parte de entidades que, pela sua dimensão ou localização, dificilmente o obtêm.

A proximidade e disponibilidade da coordenadora nacional e do núcleo executivo foram considerados determinantes na boa implementação e desenvolvimento do Programa. São também referidos outros dois aspetos positivos: a flexibilidade de adaptação do Programa à realidade das organizações e das comunidades; e a capacitação das entidades através das sessões de formação e esclarecimento ao longo de todo o Programa.

As parcerias locais são identificadas como uma experiência muito positiva e na qual muitos participantes depositam grande expectativa para o futuro, pela racionalização de recursos, pelos ganhos de sinergias e pelo maior alcance das ações.

As duas principais críticas ao Programa resultam de problemas de implementação: o não cumprimento dos prazos iniciais previstos; e a demora no pagamento das tranches financeiras. São expressamente referidos: o hiato entre a apresentação das candidaturas, em dezembro de 2020, e o início efetivo da execução dos projetos só em outubro de 2021; a morosidade da avaliação dos relatórios de prestação de contas, a excessiva burocracia e o consequente protelamento do pagamento das tranches.

Os procedimentos administrativos, designados pelos parceiros como ‘burocracia’, colhem opiniões antagónicas. Para as organizações com experiência em programas de financiamento, à qual está associada maior capacidade administrativa, o Programa é considerado mais amigável e menos burocrático que o usual; as pequenas associações, muito embora salientem a facilidade da candidatura, reclamam da complexidade da prestação de contas nas vertentes contabilística e descritiva.

As recomendações apresentadas para o futuro são todas de âmbito operacional e de funcionamento, não havendo propostas de alteração aos princípios e objetivos nem ao modelo de funcionamento do Programa. Incidem sobre o calendário de execução, a prestação de contas, o apoio aos projetos e o reforço da sustentabilidade das redes locais.

Em termos de calendário de execução e prestação de contas, foi proposto: aumentar a duração do período de implementação dos Projetos; cumprir o planeamento e prazos previstos, em particular nas prestações de contas e consequentes pagamentos; simplificar o processo de prestação de contas, permitindo a submissão contínua de documentos; e permitir maior flexibilidade nos ajustamentos orçamentais durante a execução dos projetos.

Em termos de apoio aos projetos, foi proposto: assegurar uma equipa dedicada em exclusivo ao Programa; criar um canal de atendimento telefónico; manter as sessões de esclarecimento, importantes para as formações sobre gestão de projetos, contratação pública e prestação de contas; capacitar as equipas de coordenação regional para um papel mais ativo e autónomo no acompanhamento e suporte dos projetos; apoiar as pequenas associações em todos os procedimentos administrativos; e promover mais encontros entre projetos, para troca de experiências e sinergias entre todas as entidades participantes.

Em termos de reforço e sustentabilidade das redes locais, foi proposto: promover maior envolvimento das autarquias locais nos projetos aprovados; estimular a diversificação das fontes de financiamento pelas entidades promotoras; e lançar novas edições do Programa que permitam a continuidade das parcerias e o envolvimento da comunidade.

9. Execução financeira

No Programa Bairros Saudáveis, o financiamento é a 100% e é pago por antecipação, à exceção da última tranche. Há duas regras essenciais: o dever de prestação regular de contas e a redução do limite máximo de financiamento contratualizado aos projetos que não executem todas as atividades ou não justifiquem com despesas validadas todo o financiamento recebido. O acerto final de contas garante que nenhum projeto receba mais do que aquilo que conseguiu realizar e comprovar.

A verificação da execução financeira implicou a análise exaustiva de um total de 22.066 despesas apresentadas nos relatórios de prestação de contas, repartidas pelas seguintes rubricas orçamentais: recursos humanos, aquisição de serviços, aquisição de materiais ou de equipamentos, despesas de comunicação e encargos com instalações ou com equipamentos. A comparação entre o financiamento total recebido e o total das despesas realizadas permite

apurar um saldo bruto, que pode ser negativo, nulo ou positivo. Os projetos com saldo bruto nulo ou positivo até 20 euros² são considerados equilibrados e não carecem de acertos de contas. Os projetos com saldo bruto negativo têm direito a um reforço de receita equivalente. Os projetos com saldo bruto positivo devem restituir o valor integral desse saldo. Após acertos de contas, todos os projetos ficam equilibrados.

O valor do saldo bruto apurado pela coordenação nacional na validação dos relatórios de fecho de contas foi notificado a todos os projetos realizados, nos termos legais e antes da decisão final sobre fecho e acertos de contas.

9.1 Execução financeira dos projetos

O quadro 1 apresenta a distribuição, por fontes de financiamento, do financiamento contratualizado para o Programa e do financiamento contratualizado com os 240 projetos realizados. A diferença entre o total contratualizado para o Programa e o total contratualizado com os projetos decorre essencialmente da desistência de 6 projetos ao longo do processo.

Quadro 1 – Financiamento contratualizado e projetos realizados

Fonte de Financiamento FF	Financiamento contratualizado para o Programa	Projetos aprovados	Projetos realizados	Financiamento contratualizado com os projetos realizados
PRR	7 000 000,00 €	177	173	6 836 081,00 €
Fundo Ambiental	2 065 000,00 €	49	47	1 963 685,00 €
Ministério da Saúde - SGMS	935 000,00 €	20	20	930 473,00 €
total	10 000 000,00	246	240	9 730 239,00 €

O quadro 2 mostra os acertos de contas a promover pelo Programa com os projetos. Estes valores resultam da proposta sobre fecho e acertos de contas com os projetos [apresentada pela coordenação nacional do Programa à ACSS](#) em fevereiro de 2025. O total líquido desses acertos de contas é de **336.254,87 €**. O valor total realizado pelos projetos é apurado pela diferença entre o financiamento recebido e o valor líquido dos acertos de contas.

Quadro 2 – Acertos de contas com os projetos e execução financeira final

Fonte de Financiamento FF	Financiamento contratualizado com os projetos realizados	Valor pago aos projetos	Valor líquido dos acertos de contas com os projetos	Valor total realizado pelos projetos
PRR	6 836 081,00 €	6 500 787,31 €	240 846,30 €	6 259 941,01 €
Fundo Ambiental	1 963 685,00 €	1 860 068,28 €	35 200,15 €	1 824 868,13 €
Ministério da Saúde - SGMS	930 473,00 €	902 410,75 €	60 208,42 €	842 202,33 €
total	9 730 239,00 €	9 263 266,34 €	336 254,87 €	8 927 011,47 €

² O saldo bruto é considerado nulo se não ultrapassar o mínimo legal de reposição ao Estado, que é atualmente de 20,00 €.

A taxa de execução financeira dos projetos mede a relação entre as despesas realizadas e o financiamento inicial aprovado e contratualizado pelos projetos com o Programa. Esta taxa foi crescendo ao longo da realização dos projetos.

A **taxa média final de execução financeira dos projetos**, apurada a partir das taxas finais de execução financeira de cada um dos projetos realizados, foi de **91,4%**. 67,5% dos 240 projetos realizados, correspondendo a 162 projetos, tiveram taxas de execução financeira iguais ou superiores a 95%. Registaram-se mesmo 68 projetos, 28% do total, com taxas de execução financeira de 100%. É um resultado notável para um Programa em que todas as entidades promotoras pertenciam ao terceiro setor, muitas delas de pequena dimensão e sem qualquer experiência de prestação de contas de financiamento público.

9.2 Execução financeira do Programa

O quadro 3 apresenta o financiamento contratualizado pelo Programa junto das fontes de financiamento, o valor total realizado pelos projetos e a despesa com a avaliação externa do Programa à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, levada a cabo pelo ODSlocal e financiada pelo Fundo Ambiental. O valor não realizado do financiamento contratualizado para o Programa junto das fontes de financiamento tem de ser restituído pela ACSS a cada uma dessas fontes. O valor total a restituir é de **1.012.988,53 €**.

Quadro 3 – Execução financeira do Programa e valor a restituir às fontes de financiamento

Fonte de Financiamento FF	Financiamento contratualizado para o Programa	Valor total realizado pelos projetos	Despesa com avaliação externa	Valor a restituir pela ACSS às FF
PRR	7 000 000,00 €	6 259 941,01 €		740 058,99 €
Fundo Ambiental	2 065 000,00 €	1 824 868,13 €	60 000,00 €	180 131,87 €
Ministério da Saúde - SGMS	935 000,00 €	842 202,33 €		92 797,67 €
total	10 000 000,00	8 927 011,47 €	60 000,00 €	1 012 988,53 €

O valor a restituir pela ACSS às fontes de financiamento corresponde à dotação não utilizada do Programa. O quadro 4 mostra que a **taxa de execução financeira do Programa relativamente à dotação total inicial** foi de **89,9%**, com ligeiras variações consoante a fonte de financiamento.

Quadro 4 – Execução financeira do Programa

Fonte de Financiamento FF	Financiamento contratualizado para o Programa	Valor a restituir pela ACSS às FF	Dotação inicial não concretizada	Execução financeira da dotação total do Programa (%)
PRR	7 000 000,00 €	740 058,99 €	10,6%	89,4%
Fundo Ambiental	2 065 000,00 €	180 131,87 €	8,7%	91,3%
Ministério da Saúde - SGMS	935 000,00 €	92 797,67 €	9,9%	90,1%
total	10 000 000,00	1 012 988,53 €	10,1%	89,9%

Apresentamos estas duas formas de medir a execução financeira do Programa – do ponto de vista dos projetos realizados e do ponto de vista da dotação inicial do Programa – para relevar o facto de **não ser imputável aos projetos realizados a parte da dotação do Programa não utilizada que resulta de desistências** de projetos aprovados.

9.3 Alavancagem de recursos pelos projetos realizados

Importa ainda referir que, além do apoio financeiro do Programa, **os projetos podiam recorrer a outros apoios, financeiros ou em espécie**. O recebimento de outros apoios devia ser declarado e não podia constituir um duplo financiamento das mesmas atividades e despesas.

Através de quadros próprios inseridos nos relatórios de prestação de contas, foi apurado pela coordenação nacional um total de **358 419,76 €** de financiamento adicional angariado por 58 projetos ao longo da realização do Programa.

Chamamos **taxa de alavancagem de recursos financeiros** à razão, expressa em percentagem, entre o total do financiamento angariado pelos projetos junto de outras fontes e o total do valor realizado com financiamento recebido do Programa³. O financiamento por outras fontes incluiu entidades externas à parceria e autofinanciamento por promotoras e parceiras. A **taxa de alavancagem de recursos financeiros** pelo projetos foi de **4%**. Sublinha-se que a alavancagem de recursos financeiros angariados pelos projetos superou o valor líquido total dos acertos de contas, que como vimos foi de **336.254,87 €**.

A alavancagem financeira foi acompanhada por apoios não financeiros mobilizados junto de entidades externas e de membros das parcerias. O relatório de fecho de contas permitiu apurar apoios não financeiros recebidos de mais de 1.380 entidades, das quais 130 externas às parcerias locais iniciais, nomeadamente empresas e autarquias locais. Dos 240 projetos realizados, 225 (93,7%) conseguiram assim ampliar a sua capacidade de realização e potenciar a continuidade e sustentabilidade do trabalho desenvolvido nos territórios e comunidades abrangidos.

10. Nota final

No final deste Relatório Síntese da 1ª edição do Programa Bairros Saudáveis, que tive a honra e o privilégio de coordenar, não posso deixar de testemunhar a minha viva gratidão para com todos os que participaram numa experiência de participação cidadã muito intensa, muito entusiasmante e com resultados surpreendentes pela sua riqueza, inovação e diversidade.

Agradeço às parcerias locais que se candidataram e aos que a elas se juntaram em todo o país. Agradeço às várias instâncias de coordenação e decisão do Programa: a Entidade Responsável, os membros da Equipa de Coordenação Nacional e das cinco Equipas de Coordenação Regional, o Júri do concurso, os membros do Secretariado inicial e do Núcleo Executivo e todos os participantes nos vários grupos de trabalho, em especial os do Grupo de Trabalho de Avaliação

³ Após acertos de contas, o total financiado pelo Programa é equiparado ao total realizado pelos projetos.

dos relatórios de prestação de contas. Agradeço finalmente ao atual Coordenador Nacional, que aceitou o desafio de continuar o Programa. Todos “vestiram a camisola” desta iniciativa pública em tempos particularmente difíceis e num espírito permanente de verdadeira cooperação e empenhamento cidadão.

Já não estamos a viver sob a ameaça da pandemia da Covid 19 que abalou o mundo, mas a pobreza persiste em muitas comunidades e territórios do nosso espaço nacional. A crise, as carências urgentes e as desigualdades interpelam-nos todos os dias.

Um pequeno investimento de menos de 10 milhões de euros, nas mãos de redes locais que imaginaram cada projeto e nele conseguiram envolver as suas comunidades, permitiu aos Bairros Saudáveis fazer muito com pouco. O Programa demonstrou que há uma energia cidadã disponível para melhorar a vida das pessoas, mesmo nas condições mais adversas. E há uma procura social de programas destinados a cuidar de territórios tantas vezes considerados “problemáticos”, ou simplesmente esquecidos e abandonados, dos quais não podemos desistir.

A máxima da Agenda 2030 – ‘não deixar ninguém para trás’ – foi o lema que comandou os Bairros Saudáveis. Com outros formatos e outros protagonistas, novos programas públicos com este lema irão seguramente nascer, em qualquer parte ou aqui. O futuro está nas nossas mãos e já começou.

Lisboa, 18 de julho de 2025

Helena Roseta

*Coordenadora Nacional do
Programa Bairros Saudáveis,
de julho de 2020 a
dezembro de 2023*